

Operação Container apura fraudes em licitações municipais para coleta de lixo

Criminal

Postado em: 24/07/2018

As equipes do Ministério Público do Paraná, do Cade e da PM cumprem seis mandados de prisão preventiva, seis mandados de prisão provisória e 36 mandados de busca e apreensão em 11 cidades.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o Grupo Especial de Proteção ao Patrimônio Público (Gepatria) de Guarapuava (Centro-Sul paranaense), em conjunto com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e com apoio da Polícia Militar, deflagraram na manhã desta terça-feira, 24 de julho, a Operação Container, que apura a prática de crimes de cartel, fraude a licitação, corrupção ativa e passiva e crimes contra o meio ambiente no âmbito de licitações municipais para contratação do serviço de destinação de resíduos sólidos. As equipes do Ministério Público do Paraná, do Cade e da PM cumprem seis mandados de prisão preventiva, seis mandados de prisão provisória e 36 mandados de busca e apreensão. As buscas são realizadas em escritórios do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em Curitiba e em Francisco Beltrão e em empresas e residências de Araucária, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Nova Esperança do Sudoeste, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Salto do Lontra, Cafelândia e Umuarama. Dois dos mandados de prisão dirigem-se a técnicos do IAP (um em Curitiba, outro em Francisco Beltrão). De acordo com as investigações do MPPR - envolvendo fatos ocorridos a partir de 2014 -, dois grupos empresariais com sede na região Sudoeste organizaram-se para fixar artificialmente o preço máximo das licitações de resíduos sólidos e regionalizar o mercado por municípios, o que caracteriza a prática do crime de cartel. Informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação

(41) 3250-4249